



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**DISCURSO DE ABERTURA DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO
NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR
OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DA XVII CONFERÊNCIA ANUAL DO
SECTOR PRIVADO – CASP**

MAPUTO, 30 DE MARÇO DE 2022

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhores Secretários de Estado;

Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Senhor Provedor de Justiça

Senhores Membros do Corpo Diplomático, acreditados em Moçambique;

Senhor Presidente do Conselho Directivo da CTA;

Senhores Membros da Comunidade Empresarial;

Senhores Representantes de Organizações Multilaterais e de Cooperação Internacional;

Caros Convidados;

Minhas Senhora e Meus Senhores!

Passam dois anos que não nos encontramos por razões sobejamente conhecidas. Por isso, o encontro de hoje é fundamental porque, para além dos debates habituais, iremos ver que medidas devem ser adoptadas com vista à recuperação da economia no período pós-COVID-19.

A realização desta conferência é sinal de confiança e capacidade de superação que sempre caracterizou Moçambique em momentos difíceis e adversos. E como sinal de esperança, temos já uma trajectória de retoma económica com crescimento do PIB registado em 3.32% no Quarto Trimestre de 2021.

Estimados Participantes!

Permitam-me fazer referência ao facto de o Governo, no âmbito das negociações com o Fundo Monetário Internacional ter alcançado um acordo de princípios para a implementação de um programa de reformas macro-económicas e estruturais a ser apoiado pelo Fundo, através do instrumento de financiamento alargado para o período 2022-2025.

Este programa visa promover o crescimento sustentável e inclusivo, reforçar a estabilidade macro-económica, imprimir práticas de boa governação, transparência na gestão Financeira do Estado e no combate à corrupção.

O programa vai ajudar a melhorar o acesso do país ao mercado financeiro internacional e a atrair mais investimento directo estrangeiro que irá impulsionar a realização dos objetivos de desenvolvimento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O país encontra-se numa trajectória de recuperação que urge sustentar, apesar da conjuntura adversa decorrente dos efeitos conjugados da pandemia global da COVID-19, dos ciclones tropicais que assolaram as zonas Centro e Norte, dos ataques terroristas em alguns distritos da província de Cabo Delgado e dos efeitos da guerra entre a Rússia e Ucrânia.

A conjuntura adversa mais recente induziu a decisões na realocação de recursos internos, à mobilização de recursos externos e à implementação de diversas medidas de natureza fiscal e económica, numa equação em busca do equilíbrio entre a saúde e a economia.

Não perdemos o nosso enfoque e continuamos a empreender na realização do nosso Programa Quinquenal 2020-2024.

Neste contexto, implementámos várias iniciativas sectoriais interligadas, nomeadamente: o **SUSTENTA** na agricultura, com enfoque na autonomia alimentar e diversificação de exportações de produtos de alto valor, o **PRONAI** na consolidação de cadeias de valor e do parque industrial, incluindo o de recursos minerais, o turismo e os corredores de desenvolvimento.

Os resultados estão reflectidos nos índices de crescimento económico, resumidos no Produto Interno Bruto, que se cifrou em 2.16% em 2021, sendo de destacar o crescimento em 3,32% no Quarto Trimestre.

E neste caso, permitam-me que considere quatro referências:

A primeira, as medidas de estímulo ao sector produtivo agrícola na aquisição de insumos, equipamentos agrícolas, a expansão dos serviços de extensionistas, o subsídio ao sector algodoeiro, registando-se índices históricos na produção agrícola e avícola;

A segunda, tem a ver com a edificação de infra-estruturas de energia eléctrica, a operacionalização de silos para o armazenamento de cereais, a manutenção, reparação e construção de estradas, assim como a expansão e reabilitação dos complexos ferro-portuários, que colocam o país como incontornável no sector logístico, tirando proveito da sua posição geográfica;

A terceira, refere-se à contínua prática de políticas macro-económicas para a estabilização conjuntural, conducentes à consolidação fiscal, à estabilidade dos níveis de inflação e das taxas de câmbio, com o intuito de estabelecer mais confiança para o investimento futuro, propiciando o retorno do país aos mercados financeiros.

A quarta, remete-nos para a acção enérgica do meu Governo, pois não ficamos impávidos e serenos perante a Pandemia Global e os efeitos dos ciclones tropicais.

Empreendemos medidas de contenção da tendência de recessão nos limites orçamentários e no quadro do pacote de alívio disponibilizado pelos nossos parceiros de desenvolvimento.

Neste caso, ressaltam várias medidas de apoio ao nosso sector privado em termos de financiamento:

- Uma linha de crédito para as Micro, Pequenas e Médias Empresas no valor de **1600 milhões de meticais**;

- Financiamento às PME's, pelo Banco Africano de Desenvolvimento, no ramo agrícola para aquisição de insumos agrícolas, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável em cerca de **690 milhões de meticais**;
- A constituição de uma linha de crédito no valor correspondente a **15 milhões de dólares americanos**, para apoiar as empresas afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth pelo Banco Mundial, tendo sido operacionalizada por via da banca comercial ao equivalente de **5 milhões de dólares**;

Em complemento ao financiamento, outras medidas de suporte compreendem:

- Um Regime Excepcional de Contratação Pública em Estado de Emergência, previsto no Regulamento de Contratação Pública;
- O licenciamento para importação de bens essenciais;
- A redução de 10% da tarifa de energia eléctrica aos consumidores com categoria social, pelo período de 6 meses a contar do dia 1 de Junho de 2020; e Isenção do IVA (17%) ao açúcar, óleos alimentares e sabões, visando mitigar os custos destes bens essenciais;
- E no que diz respeito aos **créditos bancários**, não foram consideradas as constituições de mora, decorrentes do atraso na amortização das dívidas.

Todavia, vislumbram-se sinais que indiciam o virar da página quanto à pandemia da COVID-19. Já iniciámos o relaxamento, com impacto directo no sector de turismo e restauração, os que mais sofreram nos dias difíceis da pandemia.

Hoje, é visível a retoma das viagens internacionais com efeitos no sector do turismo, o qual se reflecte no aumento das taxas de ocupação dos hotéis e restaurantes, que passaram a funcionar num horário normal ao longo da semana.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Caros Empresários!

A XVII CASP, sob o lema "*Reformando o Ambiente de Negócios para a Recuperação Económica*", constitui um momento único que enaltece o papel das organizações do sector privado na indução de políticas, que visem o crescimento económico, criação de emprego e redução da pobreza em Moçambique.

A CASP serve uma dupla função:

- **A primeira**, como uma plataforma para o debate conducente a acções de políticas para a remoção de barreiras aos investimentos e negócios, como resultado dos consensos do diálogo entre o Governo e o Sector Privado.

A sua operacionalização leva bastante tempo em razão da necessidade de harmonizar objectivos de diversas partes envolvidas;

- **A segunda**, como uma plataforma de divulgação das potencialidades do país e do estabelecimento de parcerias estratégicas.

Neste contexto e apesar do interregno observado pela CASP, no período que vai de 2020 a 2022, foram realizadas acções que acrescem a outras que ocorrem desde que esta Conferência se tem realizado. Assim, destacamos algumas acções no quadro das reformas e modernização empreendidas, designadamente:

Um: No âmbito da desburocratização dos processos de abertura de novas empresas e novos investimentos:

- A entrada em funcionamento da plataforma electrónica denominada, Sistema de Informação do Registo Predial (**SIRP**);
- Aprovação do Regulamento da Lei de Investimentos em linha com o novo quadro institucional;
- Expansão da plataforma electrónica e integrada de prestação de serviço ao cidadão (**eBAU**), em todas as 11 capitais provinciais, incluindo 38 pontos de atendimento no

país, assim como a unificação do atendimento dos serviços da Autoridade Tributária, do INSS, a Imprensa Nacional de Moçambique (INM), a Administração de trabalho em Maputo e a Conservatória de Registo de Entidades Legais (CREL);

- Aprovação do Regulamento que estabelece os procedimentos aplicáveis à contratação, implementação e monitoria das PPP's (Parcerias Público-Privado), Projectos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais;
- Revisão do Regulamento das Instalações Eléctricas, passando a EDM a investir na aquisição de transformadores.

Dois, no âmbito da modernização da fiscalidade e facilitação do comércio externo:

- Aprovação do Regulamento de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado, combatendo o contrabando e a fuga ao fisco;
- Revogação das taxas de assistência e fiscalização a bordo nos postos fronteiriços;
- Lançamento do Portal do Comércio Externo;
- Adesão à Janela Única Electrónica (JUE), pelo Ministério da Indústria e Comércio, Autoridade Tributária de Moçambique e Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Operacionalização do Portal do Contribuinte, a ***E-Tributação***, em todas as Unidades de Cobrança que possibilita a submissão electrónica de declarações de impostos o IVA, ISPC, IRPS, e IRPC, Taxa sobre Combustíveis, incluindo os impostos aplicados na indústria extractiva;
- Esta plataforma aumenta a eficiência na cobrança, evita enchentes nas repartições e reduz os índices de corrupção.

Três, na redução do risco de crédito e acesso ao financiamento:

- Aprovação do Regulamento sobre a Utilização de Coisas Móveis, como Garantia de Cumprimento de Obrigações, tendo subjacente uma Central de Registo de Garantias Mobiliárias;
- Aprovação do Decreto-Lei n.º 2/2021 que torna facultativa a escritura pública notarial para determinados contratos sobre imóveis;
- Implementação de um Pacote de medidas extraordinárias no âmbito da COVID-19, às quais fizemos alusão anteriormente.

Quatro, no que diz respeito a estruturas de mercado, foi operacionalizada a **Autoridade Reguladora da Concorrência**, instrumento eficaz no combate a concentrações oligopolistas.

Como se pode depreender, trata-se de um processo cumulativo e gradual.

O Governo continuará a envidar esforços para a avaliação da implementação do Plano de Acção Para a Melhoria do Ambiente de Negócios (PAMAN) 2019-2021.

Ontem, em sede do Conselho de Ministros, aprovámos três Decretos que aprovam, respectivamente:

- O Código Comercial;
- O Regime Jurídico dos Contratos Comerciais;
- O Regime Jurídico dos Títulos de Crédito;
- Proposta de Lei de revisão sobre a Prevenção e o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Este é um trabalho contínuo e temos na fase de implementação:

- i. a criação do Terminal de Exportação de Machipanda;
- ii. a operacionalização da fronteira de paragem única em Ressano Garcia;
- iii. a aprovação do “Despacho Simplificado” para exportação; e

- iv. o alargamento do horário de funcionamento das fronteiras para evitar fuga ao fisco e o contrabando.

No mesmo sentido, tem relevância especial a Revisão da Regulamentação dos Terminais Internacionais de Mercadorias sob controlo aduaneiro, e em especial, o Terminal de Nacala.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A nossa expectativa, hoje, é que se faça uma avaliação participativa e profunda, pelo que convidamos o sector privado e os parceiros de cooperação a usarem esta interação para que conduza a recomendações concretas sobre o caminho a trilhar para melhorar o desempenho da nossa economia.

Que a CASP, também sirva de montra para a visibilidade do nosso país, a nível regional e internacional, como um bloco e plataforma geo-estratégica produtiva e comercial.

Neste contexto, gostaríamos de ver mais empresários a adoptarem sistemas de exploração e diversificação de investimentos e de produtos, tendo sempre em atenção a produtividade, a qualidade, a capacidade de competir.

Nesta CASP, fazemos votos para que as reflexões em torno dos temas escolhidos sirvam para consolidar o sector privado e o ambiente de negócios favorável ao investimento em Moçambique, tais como:

- A Restruturação da Economia para Revitalização do Sector Empresarial;
- A Revitalização da competitividade de produtos agrícolas de rendimento em Moçambique;
- Soluções Financeiras para a recuperação do sector empresarial e criação de resiliência; e
- O Uso do gás para Industrializar Moçambique, entre outros, que são disso um exemplo;

Sobre o último tema, e sem pretender esvaziar ou direccionar o debate que se segue, mas tão somente com o único fim de manter aceso o ritmo das reflexões, permita-me tecer algumas considerações.

Como objectivo primordial, o empresariado deverá continuar a preparar-se para criar capacidades que permitam a sua inclusão na cadeia de fornecimento de bens e serviços.

Neste sector e sem se confinar aos empreendimentos da Bacia do Rovuma, apresentam-se oportunidades na cadeia de valor de transporte e distribuição nos empreendimentos de Temane para a produção do gás de cozinha, sendo o mesmo aplicável às unidades de enchimento em Maputo, Beira e a partir do próximo mês, em Anchilo, no preenchimento da rede de retalho, do armazenamento e do transporte.

Como sempre defendemos, as capacidades competitivas são erguidas ao longo do tempo, por via da formação e aprendizagem, além da acumulação de capital para investimentos.

A dependência excessiva numa legislação protectora é insustentável, distorce os preços e provoca a corrosão da competitividade dos empreendimentos no mercado internacional quando os custos são empolados, sob a cobertura de Conteúdo Local.

Na mesma senda, a definição dos critérios de “Conteúdo Local” deve merecer o debate apropriado para que a retenção do valor no país, seja optimizada.

Adicionalmente, as ligações das PME's com os empreendimentos de larga escala têm de seguir a base diversificada da nossa economia, que incorpora:

- Empreendimentos de Grafite, Areias pesadas e do Carvão;
- Indústrias diversas do sector alimentar, de bebidas e cimento; Infra-estruturas portuárias;
- Grandes hotéis nos centros urbanos e nas estâncias turísticas;
- Obras de construção civil; e

- As grandes explorações agrícolas associadas ao tabaco, açúcar, castanha de caju, algodão, e agora, pensamos no chá, na macadâmia, na soja, entre outros.

E, por último, todos sabemos e falamos como grandes analistas, reafirmamos que os recursos devem beneficiar as comunidades, criar emprego para os jovens e favorecer o processo de industrialização que acresce valor a estes recursos, contribuindo para a alteração estrutural da nossa economia.

Portanto, o canal fiscal não pode ser o único a justificar os benefícios para o país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Caros Empresários!

Queremos dirigir palavras de apreço e agradecimento a todos presentes e aos que nos assistem virtualmente, e em especial aos membros da Comissão de Conteúdos da Décima Sétima CASP.

Renovo a aposta de aprimorar, cada vez mais, o quadro legal vigente e implementar reformas que garantam a contínua melhoria do ambiente de negócios no nosso país.

É nosso interesse premente tornar o sector privado nacional cada vez mais robusto, mais sólido e competitivo e, que contribua para o crescimento económico e a consequente geração de mais postos de emprego e renda para as famílias moçambicanas.

Continuaremos a empreender esforços pela paz e segurança como os alicerces do processo de desenvolvimento da nossa economia, com intervenções que incidam no reforço da capacidade das nossas Forças de Defesa e Segurança e sustentabilidade da paz, a médio e longo prazos, em todo o país.

Gostaríamos igualmente, de ver mais empresários a explorarem as oportunidades que são abertas pelos protocolos e acordos de que somos parte integrante no contexto da SADC, como um mercado mais vasto, que oferece economias de escala, em que se exige a competitividade sem recurso a barreiras alfandegárias.

Para o empresariado nacional, apelamos à sua internacionalização no mercado externo, onde se capitaliza a experiência local e a viabilidade é incontestável, para que não seja mero receptor de capital do exterior para formação de parcerias ou intermediário de negócios internacionais.

Termino, dando as boas vindas a todos, espero e perspectivo que estes três dias de trabalho sejam bastante produtivos e para isso, **declaro aberta a Décima Sétima Conferência Anual do Sector Privado, 2022.**

MUITO OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO!